

TRANSIÇÃO DE GOVERNO

Aprovação da PEC da Transição no Congresso é primeiro desafio de Lula

Texto já passou no Senado em dois turnos; presidente eleito se aproxima do Centrão e de Arthur Lira para ter governabilidade

Diego Nuñez
diegon@jornaldocomercio.com.br

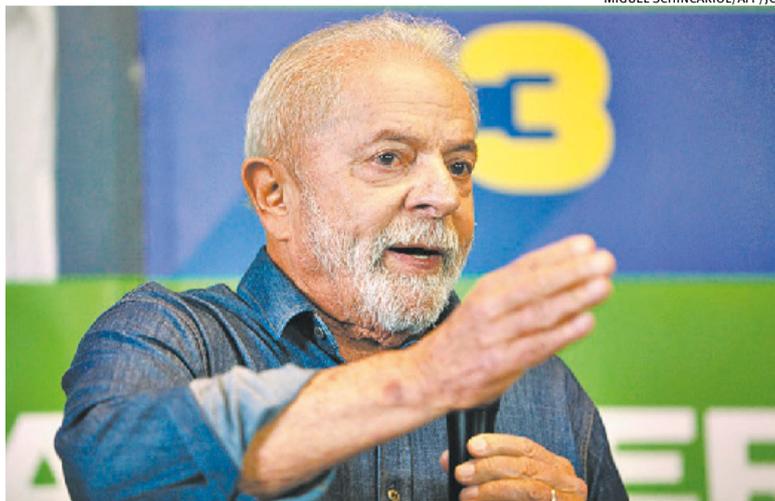
Luiz Inácio Lula da Silva (PT) foi eleito presidente da República, mas a direita saiu vencedora no primeiro turno, obtendo mais cadeiras e ampliando o espaço no Congresso Nacional. A vitória do campo que será de oposição lança ao petista um desafio ainda antes da posse: fazer avançar sua pauta em um Parlamento com fortes adversários.

Se havia receio de que a futura gestão federal ficasse com a governabilidade comprometida, Lula conseguiu dar uma resposta convincente no Senado Federal, que aprovou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição com R\$ 168 bilhões em gastos extras por dois anos.

O texto, aprovado em dois turnos pelos senadores em 7 de dezembro, eleva em R\$ 145 bilhões o teto de gastos – regra que limita o crescimento das despesas do governo à variação da inflação – pelo período de dois anos, em 2023 e 2024, para o pagamento do Bolsa Família.

A matéria também permite gastos extras de até R\$ 23 bilhões mediante receitas extraordinárias, o que eleva o impacto fiscal da proposta para R\$ 168 bilhões.

O placar da primeira pauta de Lula neste ciclo, votada



MIGUEL SCHINCARIOL/AFP/IC

Luiz Inácio Lula da Silva encabeçou as tratativas para compor apoios

às vésperas de o petista assumir seu terceiro mandato, foi de 64 senadores favoráveis e 13 contrários no segundo turno. A proposta precisava de 49 votos para a aprovação.

A PEC é a principal aposta do presidente eleito para cumprir promessas de campanha, como a manutenção do Bolsa Família em R\$ 600,00 e a concessão de uma parcela adicional de R\$ 150,00 por cada criança de até seis anos.

Além disso, Lula quer garantir o aumento real do salário-mínimo e recompor verbas no orçamento do ano que vem para programas como o Minha Casa, Minha Vida, o Farmácia Popular e a merenda escolar.

Para tal, se aproximou do Centrão e do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), onde a PEC tramitou depois do Senado.

O PT decidiu apoiar a reeleição de Lira na Câmara. A expectativa é conseguir atrair

bancadas como PSD, União Brasil e MDB. Desta forma, seria possível negociar cargos na Mesa Diretora do Legislativo e garantir espaço em comissões importantes, inclusive a própria Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Pela governabilidade, Lula poderia ceder cargos e participação no governo a estes partidos de centro.

Juntos, MDB, PSD e União Brasil pedem sete ministérios. O desenho preliminar da Esplanada dos Ministérios prevê de 34 a 35 membros no alto escalão.

A tendência é que os partidos aliados sejam acomodados entre 15 e 20 pastas. O restante – também variando entre 15 e 20 ministérios – ficaria com PT e o presidente eleito (cota pessoal), que poderia escolher entre pessoas próximas e não ligadas a alguma sigla da base governista no Congresso Nacional.

Para Pimenta, capacidade de articulação do futuro presidente garante governabilidade

Assim que Luiz Inácio Lula da Silva (PT) foi eleito presidente, já se impôs a ele o desafio de fazer a interlocução com um Congresso Nacional majoritariamente conservador, conforme resultado das urnas em outubro. Previa-se que o presidente eleito passaria trabalho para governar, principalmente pela dificuldade em aprovar projetos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

O deputado federal Paulo Pimenta (PT), no entanto, via o quadro com otimismo. Braço direito de Lula, percorreu o País ao lado do ex-presidente durante toda a campanha eleitoral. Conhece bem o petista, assim como tem intimidade com o ambiente legislativo nacional, frequentado por ele há 20 anos.

Lula governou com o Centrão em suas duas passagens anteriores pelo Palácio do Planalto. Foi eleito, reeleito e construiu uma sucessora ao lado de partidos de centro. Em 2022, nas eleições, foi eleito atraindo partidos de centro para sua coligação. Após o pleito, continua

buscando siglas desse espectro e também da direita para construir uma base sólida no Legislativo. “O presidente Lula tem muita capacidade de diálogo e de fazer concessões. Constrói muitas relações na sociedade que acabam influenciando o Congresso. Somos compostos por uma maioria grande na Câmara. No Senado, temos 14 partidos hoje dialogando conosco. Isso com certeza vai possibilitar a gente criar uma governabilidade, uma base parlamentar bastante grande”, afirmou Pimenta.

Ele entende que o diálogo não deve se limitar ao partido de um deputado ou senador. Para Pimenta, em cada legenda existem parlamentares que podem seguir o governo em determinadas agendas. “Em todos os partidos você vai acabar identificando quem são os parlamentares que irão compor a base. Temos diálogos com setores do União Brasil, que é o mais numeroso. Temos diálogo até com parlamentares do PL para compor a base do governo”, disse o petista.



NICOLAS CHIDEM/ARQUIVO/IC

Paulo Pimenta avalia que é possível construir base sólida no Congresso

Deputado federal mais votado do Rio Grande do Sul, Zucco promete forte oposição no Parlamento ao governo petista



ISABELLE RIEGER/IC

Zucco quer barrar pauta da esquerda

A direita gaúcha promete obstruir a agenda do PT no Congresso Nacional. A votação da PEC da Transição do Senado Federal é uma amostra do que deve ser a atuação da bancada do Rio Grande do Sul em Brasília a partir de 2023. Dos três senadores gaúchos, dois votaram contra a proposta do governo eleito.

Na bancada de oposição do Estado, há a expectativa não apenas de barrar a agenda do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT), mas como também de pautar as principais reformas.

“Com a maioria do Parlamento federal de centro-direita,

teremos sim condições de pautar as principais reformas necessárias, os principais pontos que convergem à direita conservadora. Precisamos ter uma reforma tributária, uma reforma administrativa, uma reforma política. Não sei se esse governo de esquerda vai querer avançar com essas pautas necessárias”, afirmou Tenente-Coronel Zucco (REP), deputado federal mais votado do Rio Grande do Sul, com a expressiva marca de quase 167 mil votos.

Entre as propostas que Zucco espera pautar junto à direita congressista, estão a ampliação do modelo cívico-militar para as

escolas brasileiras, a diminuição da maioridade penal para crimes contra a vida e a manutenção das flexibilizações para o acesso a armas de fogo.

“Acredito que teremos no Congresso uma voz ativa da direita e uma voz atuante, cobrando o resultado do governo federal, não permitindo, como em outrora existiu, casos de corrupção, sendo uma oposição muito forte a esse projeto de poder da esquerda”, projetou Zucco.

Mesmo frente ao sucesso petista nas eleições presidenciais, Zucco afirma que vai otimista à Brasília para sua estreia como

deputado federal. O militar também diz que não teria problemas em votar favorável a projetos de Lula, caso concorde com o teor da proposta.

“Sou totalmente contra tudo que a esquerda prega, então dificilmente terá alguma iniciativa do (futuro) governo que acompanhará o meu apoio. Agora, aquelas que, porventura, venham a somar para a sociedade, não tem problema nenhum em apoiar. Mas não é nisso que acredito. Estou otimista de que teremos uma união forte de oposição para que possamos mostrar que a esquerda não tem vez no nosso País”, afirmou.